



-----**Mandato 2017/2021**-----

-----**Conferência de Representantes dos Grupos Municipais**-----

-----**Draft da Ata Número Trinta e Seis**-----

-----Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e dezanove, reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento em vigor, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa em exercício, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo-----

-----Às catorze horas, o Senhor Presidente em exercício deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Aprovação da ata n.º 30, 18.02.2019 (doc. 1)-----
2. Lista de matérias e assuntos pendentes (doc. 2)-----
3. Actualização do Calendário (doc. 3)-----
4. PUALZE-----
5. Outros assuntos-----

-----**Ponto 1: Aprovação da ata n.º 30, 18.02.2019**-----

-----O Senhor Presidente em exercício deu início à reunião começando por submeter o *draft* da ata n.º 30 (doc. n.º 1) e os *drafts* das atas n.ºs 32 e 34 à apreciação e votação da Conferência de Representantes. Esclareceu que a apreciação do primeiro documento correspondia ao ponto n.º 1 da ordem de trabalhos e que os outros dois documentos tinham sido distribuídos posteriormente ao envio da mesma.-----

-----Disse que poderiam seguir o método habitual e votar os documentos sob condição, podendo os Senhores Representantes que não o tivessem lido e constatassem, posteriormente, na respetiva fala, alguma incorreção, solicitar aos serviços que procedessem à necessária retificação.-----

-----Os *drafts* das atas n.ºs 30, 32 e 34 foram aprovados por unanimidade, com a referência de que não haviam participado na votação os Senhores Deputados que não tinham estado presentes nas reuniões correspondentes.-----

-----**Ponto 2: Lista de matérias e assuntos pendentes**-----

-----O Senhor Deputado Municipal Luís Newton sugeriu que no âmbito da “organização das petições”, e um pouco à semelhança do que era feito relativamente às propostas da Câmara com entrada dada na Assembleia Municipal, se identificassem as comissões e que dentro de cada comissão se mencionassem as petições que estavam pendentes ou com prazos ultrapassados.-----

-----O Senhor Presidente em exercício reputou de boa a sugestão que acabava de ser feita e referiu que a lista das petições iria passar a ser organizada tendo em conta a mesma.-----

-----A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink interveio para identificar uma gralha que existia no doc. n.º 2 – Lista de propostas e matérias pendentes e respetivos encaminhamentos- referindo que no mesmo se identificava como relator responsável pela



elaboração de relatório referente à Petição n.º 31/2018 o PPM quando, efetivamente, o relator era o Senhor Deputado Municipal Independente Miguel Graça.-----

----Informou que o relatório relativo à Petição n.º 01/2019, esse sim da responsabilidade do PPM, já havia sido feito, estando apenas a aguardar agendamento em reunião da 3.ª Comissão.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** solicitou que fosse feita a devida correção no doc. n.º 2.-----

----Perguntou ao Senhor Deputado Diogo Moura se, num momento em que as audições ao Senhor Vereador Manuel Salgado já tinham ocorrido e em que alguns relatórios já se encontravam concluídos, tinha ideia de quando é que se poderiam aprovar mais relatórios.-----

----**O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura** informou que o parecer relativo às Petições 30/2018 e 34/2018, denominadas, respectivamente, “Requalificação do Miradouro de Santa Catarina” e “Por um Adamastor de todos e para todos”, seria entregue pelo Senhor Deputado Miguel Santos durante a semana em curso, o mesmo acontecendo com o parecer relativo às Petições 31/2018 e 01/2019.-----

----Acrescentou que o parecer relativo à Petição 03/2019 já se encontrava em condições de ser emitido, pelo que iria falar com a relatora indicada, a Senhora Deputada Municipal Alexandra Mota Torres, e que no âmbito da apreciação da Petição 07/2019 já haviam solicitado a audição dos petiçãoários.-----

----Por último, informou que a Petição 22/2018 também já tinha parecer aprovado e que o mesmo já se encontrava agendado para discussão em Plenário.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** solicitou ao Senhor Deputado Municipal Diogo Moura que articulasse com o Senhor Deputado Miguel Gama no sentido de no final da semana ou durante a semana seguinte conseguirem aprovar, numa mesma reunião, os cinco relatórios, os que já estavam prontos e os que estavam praticamente concluídos, os quais ficariam “em carteira”, a aguardar o respetivo agendamento para reunião de Plenário.-----

----Confessou ter conhecimento de que o Senhor Deputado Miguel Gama não gostava de agendar muitos pontos nas ordens de trabalhos, mas, efetivamente, estavam um pouco atrasados em matéria de petições e vários relatórios já tinham sido concluídos ou estavam em vias de o ser.-----

----Sublinhou que, tendencialmente, gostava de enviar os relatórios das comissões aos petiçãoários com uma semana, semana e meia de antecedência relativamente à data da reunião de Plenário em que as mesmas eram objeto de apreciação e votação, pelo que seria benéfico que os relatórios pudessem ser aprovados o quanto antes, para que, também o quanto antes, os pudesse agendar para aprovação em Plenário.-----

----Transmitiu que havia várias propostas a seguir a sua tramitação normal, que havia várias repartições de encargos que iam sendo agendadas à medida que chegavam, e, ainda, que se aproximava uma nova vaga de propostas da Câmara, o que também justificava uma aceleração do que já existia.-----

Ponto 3: Actualização do Calendário -----

----**O Senhor Presidente em exercício** recordou que não iria haver sessão de Plenário no dia vinte e um de maio, tal como previsto e combinado, que no dia vinte e oito



realizar-se-ia uma sessão de perguntas à Câmara e que, para essa mesma sessão, havia sido solicitada pelo PAN a realização de um debate de atualidade.-----

----Acrescentou que também para a sessão de dia vinte e oito havia sido solicitado pelo Partido Ecologista “Os Verdes” o agendamento de uma recomendação, sendo que outras matérias poderiam ainda ser incluídas na respetiva ordem de trabalhos, designadamente repartições de encargos.-----

----Frisou que para esse dia era certo o agendamento das perguntas à Câmara e o debate de atualidade e que, quanto ao resto, tentariam agendar o máximo possível.-----

----Prosseguiu, recordando que no dia vinte e nove iria ter lugar a primeira sessão do Debate Temático sobre o combate à pobreza, sendo a segunda no dia cinco de junho, e que no dia quatro de junho iria haver declarações políticas, e, eventualmente, discussão de outros assuntos que estivessem em carteira.-----

----Referiu que teriam que decidir que iria ou não haver reunião no dia onze de junho, lembrando que esse dia ocorreria a meio dos feriados, mas, por outro lado, numa altura em que iriam decorrer as festas da cidade de Lisboa, e em que, certamente, todos os Senhores Deputados se encontrariam em Lisboa, em atividade autárquica, concluindo que lhe parecia avisado que a Assembleia Municipal reunisse nesse dia, dada a quantidade de matérias que se encontravam a aguardar apreciação.-----

----Foi consensualizada a realização de sessão no dia onze de junho, eventualmente para apreciação de petições, ainda que com uma duração inferior ao habitual, mais precisamente entre as quinze e as dezoito horas, o que permitiria aos Senhores Vereadores poderem estar presentes na reunião descentralizada que também iria ter lugar nesse dia.-----

----Continuou, lembrando que no dia dezoito ou vinte cinco teria lugar a sessão ordinária, sublinhando que teriam que se informar quanto à disponibilidade do Senhor Presidente da Câmara em termos de datas, uma vez que na referida sessão iria ser apreciada a Informação Escrita.-----

----Afirmou que relativamente ao Debate Temático “ Os direitos das mulheres no mundo do trabalho” tinha duas questões a abordar, uma delas relacionada com as datas da sua realização.-----

----Lembrou que o PCP havia proposto que o mesmo se realizasse no final de maio, mas que, posteriormente, e dada a sobrecarga em termos de calendário, concordara que o mesmo ocorresse em junho.-----

----Referiu que tinha transmitido ao Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro que a Senhora Presidente Helena Roseta manifestara algum entusiasmo e interesse em participar na organização do debate, mas que entendia que o mesmo estaria condicionado à questão das datas e à possibilidade de o poderem realizar mais tarde.-----

----Informou que o Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro lhe havia transmitido que o PCP não queria condicionar as datas a essa circunstância, até porque já tinha concordado em adiar o debate de maio para junho.-----

----Perguntou ao Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro se poderia concluir pela aceitação de toda a disponibilidade da Senhora Presidente em dar sugestões e contributos, mas, também, pela manutenção dos prazos previstos para a realização do debate.-----

----**O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro** questionou se dentro das



condições em que ocorria a figura de “suspensão de mandato” não seria possível a Senhora Presidente suspender a suspensão que estava em curso a fim de participar no Debate.-----

-----**O Senhor Presidente em exercício** afirmou que, segundo informação que lhe havia sido disponibilizada, a Senhora Presidente regressaria entre um e dezassete de junho, e esclareceu que o envolvimento que a mesma pretendia ter era ao nível da preparação do Debate.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro** disse que o PCP tinha capacidade para avançar na preparação do mesmo, frisando que o Grupo Municipal estava disponível para aceitar as sugestões da Senhora Presidente, mas que não iria ficar dependente da apresentação das mesmas, concluindo que não havia pessoas únicas e insubstituíveis.-----

-----**O Senhor Presidente em exercício** disse que havia tomado boa nota da posição do PCP e sublinhou que se mantinham as datas avançadas para o debate.-----

-----Sugeriu que até segunda-feira da semana seguinte todas as forças políticas pudessem fazer chegar sugestões nos mesmos moldes do que acontecera em debates anteriores, designadamente, sugestões relativas a entidades a convidar, a entidades que iriam integrar o público e a oradores. -----

-----**O Senhor Assessor da Senhora Presidente Helena Roseta, Pedro Tito**, lembrou o Senhor Presidente em exercício de que deveriam ser pedidos os contactos das pessoas e entidades a convidar uma vez que tal procedimento representaria uma grande ajuda aquando do momento de estabelecer o contacto.-----

-----**O Senhor Presidente em exercício** considerou a sugestão boa e solicitou às forças políticas presentes que tivessem a mesma em boa conta quando indicassem os nomes a convidar.-----

Ponto 4: PUALZE -----

-----**O Senhor Presidente em exercício** mencionou a proposta relativa ao PUALZE recordando que quando a mesma dera entrada no final de julho de dois mil e dezoito, a Senhora Presidente Helena Roseta entendera colocar um conjunto de perguntas à Câmara Municipal, perguntas às quais o Senhor Vereador Manuel Salgado havia dado resposta, tendo essa resposta sido enviada a todas as forças políticas, e, até, reenviada, dado o desfasamento temporal existente em relação à data da sua entrada nos serviços da Assembleia Municipal.-----

-----Proseguiu, lembrando os presentes que, posteriormente, numa reunião da Conferência de Representantes, na qual não estivera presente, havia sido consensualizado, sob proposta da Senhora Presidente, considerar a hipótese de solicitar um estudo que pudesse quantificar as mais-valias decorrentes da decisão dos órgãos municipais sobre a proposta de que poderiam beneficiar os proprietários, de modo a que a Assembleia pudesse, eventualmente, considerar exigir compensações aos privados.-----

-----Referiu que, no entanto, depois desse consenso, o assunto ficara um pouco parado, mas que, havia algum tempo, que tinham começado a receber *e-mails* e pedidos de audiência por parte de privados, o que o levava a fazer um ponto de situação numa das anteriores reuniões da Conferência.-----

-----Sublinhou que a Câmara nunca tinha apresentado qualquer pedido de urgência sobre



a matéria.-----

-----Afirmou que depois tinham recebido a informação de que existiam indicações dos Serviços da Câmara relativamente a duas empresas que poderiam fazer o estudo, mas que a Senhora Presidente havia sentido alguma dificuldade em formular a pergunta que teria que ser submetida quanto ao assunto em análise.-----

-----Referiu que com os contributos da Dra. Alexandra Casanova, assessora jurídica da Senhora Presidente, e com os seus próprios contributos, haviam formulado a pergunta de modo a que a mesma plasmasse o que era o entendimento da Conferência de Representantes e de modo a que o mesmo fosse percebido pelas empresas.-----

-----Lembrou que haviam recebido as propostas das empresas e que as tinham dado a conhecer em sede de Conferência, com a devida nota, à data, de que se tratara de uma consulta informal e não de uma consulta formal efetuada nos termos do Código da Contratação Pública, concluindo que se um dia decidissem adquirir o estudo ter-se-ia que realizar o procedimento nos termos e condições previstos e definidos na referida legislação. -----

-----Justificou que a consulta informal que havia sido feita tivera como único desiderato apurar se as empresas percebiam a pergunta, se estavam em condições de realizar o referido estudo e qual o preço da aquisição do mesmo.-----

-----Salientou que em reunião da Conferência de Representantes se havia suscitado as questões da utilidade da realização do estudo, da sua eficácia, e se, realizado o estudo, a Câmara teria a possibilidade de obter as compensações, sendo que com o acordo de todos, decidira solicitar, formalmente um parecer ao Departamento Jurídico da Câmara.---

-----Disse que tinha transmitido ao Departamento Jurídico a razão pela qual solicitavam o parecer, definindo bem o objeto e identificando qual a possível consequência que poderia resultar do mesmo, mas, sobretudo, que tinha informado que o parecer era para submeter ao conhecimento dos Senhores Representantes.-----

-----Lembrou que o parecer fora enviado à Assembleia e distribuído, depois, pelos Senhores Representantes, tendo o Senhor Deputado Diogo Moura, na altura, se pronunciado, sendo secundado por um ou outro deputado municipal, no sentido de se recolher a opinião da Senhora Presidente.-----

-----Acrescentou que fora o que tinha feito e que estava em condições de informar que o entendimento da Senhora Presidente quanto à utilidade do estudo se mantinha e que a mesma não considerava que o parecer defendesse os interesses do Município na matéria em apreço, razão pela qual continuava a defender a sua realização previamente à tomada de decisão sobre a proposta.-----

-----Salientou que quando o Senhor Vereador Manuel Salgado tinha estado presente numa reunião da 3.ª Comissão para ser ouvido sobre variados assuntos, também o havia feito em relação à matéria do PUALZE, complementando informação que já havia disponibilizado anteriormente por escrito.-----

-----Referiu que o mesmo lhe dissera que para além das respostas escritas que havia enviado à Assembleia e das respostas verbais que dera na audição que lhe havia sido feita em sede de Comissão não tinha muito a acrescentar.-----

-----Transmitiu que na semana anterior tinha recebido mais uns *e-mails* de interessados no conteúdo da proposta, privados, aos quais havia feito um ponto de situação quanto à



tramitação já efetuada, designadamente o pedido do parecer jurídico, e quanto ao passo seguinte de abordagem do assunto em sede de Conferência, concluindo que se havia comprometido a fazer, posteriormente, um novo ponto da situação.-----

-----Disse que iria fazer uma ronda pelas forças políticas presentes de forma a ficar registada a posição de todos sobre qual o caminho a seguir.-----

-----Confessou que, e a confirmar-se o regresso da Senhora Presidente, o que gostaria era que o assunto fosse resolvido na presença da mesma, aquando do seu regresso, uma vez que fora uma conversa inicial da Senhora Presidente com os Senhores Representantes que originara a tramitação que tinha sido seguida.-----

-----Garantiu que, no entanto, tinha tentado sempre ser o “encarregue” da vontade da Conferência de Representantes e cumprido rigorosamente aquilo a que se comprometera perante os respetivos membros, designadamente tinha formulado a pergunta, tinha submetido a informação disponível à Conferência e tinha solicitado e divulgado o parecer jurídico, sendo que naquele momento gostaria de conhecer a posição de todos quanto ao caminho a seguir.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** disse considerar o parecer claro e bem fundamentado.-----

-----Sublinhou que a questão não se poderia eternizar e que não fazia sentido criar-se o precedente de pedir pareceres naquele tipo de situações.-----

-----Referiu que não tinha sido procurado por qualquer dos interessados e que não conhecia nenhum deles, mas que entendia que as pessoas tinham legítimas expectativas de que o assunto não ficasse eternamente a aguardar solução.-----

-----Disse que para si resultava claro, depois de ler o parecer do Departamento Jurídico, que não fazia sentido solicitar qualquer outro, contratar qualquer outro a entidades externas.-----

-----Acrescentou que, naturalmente, a questão teria que ser sempre objeto de uma avaliação política, que essa avaliação política iria sempre estar em “cima da mesa” até à matéria ser aprovada.-----

-----Garantiu que, em termos políticos, estariam sempre disponíveis para ponderar as propostas que eventualmente fossem apresentadas, concluindo que não estavam perante uma questão a decidir com base em pareceres duma ou doutra empresa.-----

-----**O Senhor Presidente em exercício** registou que a posição do Partido Socialista era a de que não deveria ser elaborado qualquer outro estudo, devendo a proposta relativa ao PUALZE “seguir o seu caminho”, e sublinhou que o mesmo estava “aberto” a estudar propostas políticas sobre a matéria e sobre o seu conteúdo, mas que não pretendia pronunciar-se sobre a questão jurídica e sobre as avaliações.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Luís Newton** disse que iria passar a ler, o que fez de seguida, parte do despacho do Senhor Chefe da Divisão de Contencioso e Apoio Jurídico da Câmara a qual, na sua opinião, sumariava uma de duas questões que iria abordar.-----

-----Sublinhou que, em bom rigor, dava resposta a duas questões, estando a primeira relacionada com o que o Senhor Deputado Municipal José Leitão havia dito no tocante à responsabilidade política dos membros da Assembleia Municipal inerente a qualquer processo de decisão.-----



-----Referiu que só não concordava na totalidade com o que havia sido dito pelo Senhor Representante que o antecederia porque entendia que o parecer que tinha sido solicitado internamente aos serviços da Câmara era já muito orientador daquela que deveria ser a reflexão dos membros da Assembleia.-----

-----Frisou que havia matérias em que a Assembleia Municipal, as forças políticas, o Presidente da Mesa, eleito ou em exercício, poderiam ter necessidade de fazer reunir um conjunto de elementos adicionais que os pudessem auxiliar no seu processo de decisão.---

-----Invocou dois motivos que poderiam justificar o que acabara de afirmar, mais precisamente o facto das decisões tomadas na Assembleia assumirem um cariz predominantemente político e o facto de em determinadas situações pontuais poderem surgir dúvidas jurídicas que exigiam ser esclarecidas previamente à tomada da decisão política.-----

-----Expressou a sua discordância quanto ao tempo que a resolução das situações estava a demorar, com grande prejuízo para o processo de decisão, concluindo que também essa realidade deveria ser objeto de reflexão.-----

-----Explicou que a segunda questão estava relacionada com a eventual compensação feita aos particulares como contrapartida de quaisquer alterações.-----

-----Referiu que a situação em apreço servia, inclusivamente, de base a outras reflexões sobre outros processos que estavam, naquele momento, em análise e apreciação.-----

-----Afirmou que se não se definissem de forma clara os contornos da situação, poder-se-ia estar a abrir uma caixa de pandora, até pela forma definitiva como o parecer se encontrava redigido.-----

-----Transmitiu que o entendimento do Grupo Municipal do PSD ia no sentido de que a Assembleia se deveria munir das ferramentas necessárias e suficientes a uma melhor decisão política, mas também no sentido de não ser útil o tempo de demora processual que tal originava em relação às avaliações que estavam a fazer, até pelo motivo de serem geradas expectativas no âmbito do desenvolvimento da própria cidade que não eram compatíveis quando dependentes de um processo de decisão da Câmara Municipal que se arrastava por muito tempo.-----

-----Observou que tal preocupação era semelhante à que sentiam relativamente ao atraso que se verificava no processo de apreciação de matérias objeto de petições.-----

-----**O Senhor Presidente em exercício** interveio para sublinhar que registara duas grandes ideias no discurso do Senhor Representante do Grupo Municipal do PSD, sendo a primeira a de que o mesmo considerava útil, em tese, que a Assembleia Municipal se munisse sempre das ferramentas necessárias e suficientes para apoiar e suportar a decisão política, e a segunda a de que não concordava com o tempo durante o qual as matérias se iam arrastando.-----

-----Perguntou se o PSD tinha alguma opinião formada quanto à questão concreta de dever ou não ser feito um estudo.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Luís Newton** respondeu que julgava ter resultado claro da sua intervenção que não se deveria protelar mais a situação com estudos e reflexões e que da mesma resultara claríssimo que havia uma decisão política a tomar.-----

-----Disse que não queria, de modo algum, ser mal entendido naquela matéria, reiterando que o que havia referido fora que os Grupos Municipais, todos eles, tinham apoio para



efeitos de análise de propostas, um apoio que já estava consagrado no âmbito da organização dos próprios grupos.-----

-----Salientou que a questão em análise era particularmente diferente porque fora a própria Senhora Presidente a entender requerer para ela própria e para reforço da reflexão que estava em causa o referido parecer, sendo que ainda havia a questão dos próprios estudos.-----

-----Reiterou que os Grupos Municipais tinham os seus próprios apoios e eram responsáveis pelas decisões que tomavam em relação a esses apoios, pelo que o funcionamento regular da Assembleia não justificava que estivessem constantemente perante situações do tipo da que estavam a analisar, correspondendo essa a uma situação pontual na qual a Senhora Presidente entendera ir além das considerações políticas e agir dentro da discricionariedade, autonomia e liberdade que lhe eram reconhecidas. -----

-----Acrescentou que esse tipo de situações não poderia ser recorrente, ao invés, deveriam ser situações pontuais e a sua resolução não poderia ser tão morosa.-----

-----Terminou, reiterando que o parecer era clarinho, que mais claro não poderia ser, e que abria a porta a um conjunto de reflexões sobre outras propostas, concluindo que se dispensavam mais análises e mais estudos.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro** afirmou que o Grupo Municipal do PCP não tinha ainda posição sobre o parecer porque não o havia estudado e discutido, concluindo que não estavam em condições de dar o seu aval ao mesmo, tendo em vista o fechamento do processo, até porque não era o despacho de um chefe de divisão que permitia resolver problemas com tamanha profundidade.-----

-----Sublinhou que não poderiam esquecer o facto de se tratar de uma zona que há muito era controversa do ponto de vista do PUALZE, merecedora por essa razão de uma atenção acrescida por parte da Assembleia.-----

-----Lamentou o facto de não se terem tomado medidas atempadas, lembrando que aquela matéria se encontrava na Assembleia para efeitos de análise e discussão havia muito tempo, talvez até o suficiente para que o problema que encerrava devesse estar já ultrapassado.-----

-----Realçou a importância da matéria, a qual, no seu entender, merecia um aprofundamento e uma discussão por qualquer das forças políticas.-----

-----Repetiu que o PCP recebera o parecer dias antes, que ainda o estavam a analisar e que ainda não tinham sobre o mesmo uma posição clara, comprometendo-se a pronunciar-se, ou ainda durante a semana que corria, ou na semana seguinte, sobre a necessidade ou não de existirem mais estudos sobre a matéria, bem como a aprofundar a mesma.-----

-----Salientou que se tratava de uma matéria séria, profunda e no âmbito da qual se poderia abrir um precedente grave que poderia atingir vários interesses.-----

-----Disse que pensava ser aí que se situava a análise da Senhora Presidente, a qual consistia em estudar, efetivamente, uma questão que implicava, por um lado, a abdicação por parte do Município de verbas elevadas a nível de compensação e, por outro, a criação de um precedente que poderia ser muito pesado para a cidade.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura** transmitiu que o Grupo Municipal do CDS-PP não havia feito a análise jurídica do parecer, mas que tinha a noção de que o mesmo consubstanciava uma posição que era contrária à da Senhora Presidente,



concluindo que um parecer era apenas um parecer.-----

-----Observou que sobre uma mesma matéria poderiam existir vários pareceres e todos eles “chegarem” a conclusões completamente contraditórias, pelo que, na sua opinião, o parecer tinha o peso que deveria ter.-----

-----Reconheceu a importância da matéria e disse não concordar com o facto de se estar a abrir um precedente ao solicitar-se um estudo, uma vez que eram políticos e não técnicos, mas, acrescentou que quando algumas questões técnicas eram levantadas por alguém que tinha conhecimentos técnicos, como era o caso da Senhora Presidente, uma vez que era arquiteta, também ficava com dúvidas, pelo que se fosse, efetivamente, necessário recorrer a algum instrumento ou estudo que se manifestasse útil na clarificação das mesmas, esse recurso teria o seu total acordo.-----

-----Acrescentou que, nessa medida, eram responsáveis para, em cada situação, em cada caso, discutirem e avaliarem a necessidade e a possibilidade de pedir parecer ou não.-----

-----Referiu que de acordo com a avaliação jurídica constante do parecer não teria que haver qualquer compensação, mas, e tal como havia dito o Senhor Deputado Modesto Navarro, não sabia se não estariam a abrir um precedente relativamente a todos os outros processos de natureza análoga, até porque se poderia pensar tratar-se de uma questão principalmente política, mas, não era, ou melhor, era de política estratégica, de definição do que eram as necessidades da cidade.-----

-----Observou que o Senhor Vereador dizia que não havia necessidade de equipamentos na zona, mas que havia cartas de equipamentos a dizerem exatamente o contrário.-----

-----Disse não perceber porque é que nalguns casos se alienavam edifícios a partir da alteração do uso que estava proposto e a Câmara Municipal de Lisboa não exercia o seu direito legal de preferência de forma a poder ali instalar ou criar equipamentos de prestação de serviços à comunidade.-----

-----Frisou que a posição do CDS-PP não estava totalmente fechada, e que respeitando o princípio de que nada tinham contra a que se abrissem precedentes sempre que os considerassem necessários, o que o levava a ter colocado, numa das reuniões anteriores da Conferência a possibilidade de ouvir a Senhora Presidente, a qual, como técnica que era, mesmo depois do parecer, continuava a ter dúvidas técnicas, concluía pela necessidade de ouvi-la sobre essas dúvidas.-----

-----**O Senhor Presidente em exercício** sublinhou que a Senhora Presidente tinha mais certezas do que dúvidas e que continuava a defender que o estudo deveria ser feito.-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires** transmitiu que ainda não haviam tido oportunidade de concluir a análise do parecer sendo certo, e tal como haviam dito os Senhores Deputados Municipais que tinham intervindo, que estavam perante uma situação que encerrava em si mesma algumas questões técnicas, mas também problemas políticos, designadamente os relacionados com o modo como a cidade estava construída e dividida e com a influência que aquele tipo de planos tinha a médio e a longo prazo na construção da cidade.-----

-----Disse considerar relevante não dar como “fechado” o processo uma vez que ainda não haviam terminado a análise do parecer e, por outro lado, por reconhecerem a existência de muitas dúvidas, mesmo da parte dos outros Senhores Representantes, relativamente às consequências que o PUALZE poderia ter, concluindo que precisavam,



efetivamente, de mais tempo para analisarem a questão.-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira** informou que o Grupo Municipal dos “Verdes” ainda não havia tido possibilidade de analisar com profundidade o parecer jurídico e que considerando o que estava em causa, tendo em conta a importância e a seriedade da matéria em apreço, apenas se sentiriam confortáveis para assumirem uma posição quanto à necessidade de pedirem ou não mais pareceres e estudos depois de estudarem bem o que “estava em cima da mesa”.-----

-----Justificou que precisavam de mais tempo dado estarem perante a possibilidade de estar a criar um precedente, concluindo que normalmente e, em geral, entendiam que não se deveriam eternizar os assuntos, mas que, no caso em apreço, necessitavam de mais tempo para se sentirem mais confortáveis na decisão.-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real** disse secundar o que havia sido afirmado sobre a matéria em análise e informou que o Grupo Municipal do PAN, atendendo à data em que o parecer havia sido disponibilizado e ao facto de existirem ainda elementos em falta, designadamente os estudos, não estava em condições de, naquele momento, consolidar a sua posição.-----

-----Manifestou algumas dúvidas que julgava resultantes da leitura do parecer, sublinhando que o mesmo era claro quanto à possibilidade da Câmara requerer contrapartidas ou compensações, mas que apenas levantava o véu em relação aos particulares e à possibilidade de poderem eles próprios pedir compensações e contrapartidas à Câmara, até porque parte do edificado estava devoluto e em estado de degradação, o que poderia, de facto, levar o particular, a partir do momento em que se desafetava o uso, a exigir uma compensação pelo tempo em que não pudera utilizar o seu imóvel.-----

-----Qualificou a situação de complexa, a carecer de uma reflexão mais profunda, explicando que não obstante também entenderem desejável a celeridade na apreciação daquele tipo de matérias, considerando a complexidade e a importância da situação e o impacto que a solução iria ter na cidade, eram de opinião que não se deveria menosprezar a necessidade de mais estudos.-----

-----Solicitou que lhes fosse dada então a possibilidade de, com outro tipo de elementos e com um pouco mais de tempo, poderem “debruçar-se” melhor sobre o assunto, concluindo que inerentes ao mesmo estavam questões políticas e questões jurídicas, e nenhuma delas era de somenos importância.-----

-----**O Senhor Presidente em exercício** registou que, segundo o que entendera, o PAN era a favor de que se solicitasse o estudo.-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink** informou que o Grupo Municipal do PPM concordava com o que havia sido dito por outros grupos municipais.-----

-----Referiu que não haviam tido tempo suficiente para analisar não só o parecer, mas a própria proposta.-----

-----Disse que tudo o que havia sido anunciado anteriormente era, de facto, muito particular, muito perigoso até, caso não fosse objeto de uma análise mais profunda.-----

-----Justificou que por essas razões necessitariam de mais tempo para melhor estudar a situação, considerando, desde logo, benéfica a existência de outro parecer.-----

-----Terminou, dizendo que saudavam a posição da Senhora Presidente e que gostariam de ouvir o que a mesma tinha a dizer sobre o assunto.-----



-----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça** qualificou a matéria de muito complexa, recordando que a mesma já havia sido discutida numa audição feita pela 3.ª Comissão e na qual estivera presente.-----

-----Disse que na altura haviam sido colocadas várias questões sobre a matéria e que, de facto, o que “estava em cima da mesa” era uma alteração simplificada do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente que se traduzia na prescindibilidade por parte da Câmara da afetação de determinado solo a determinado uso (equipamentos) e na conseqüente alteração desse uso, afectando-o à habitação, à área terciária, designadamente ao comércio e serviços, incluindo a hotelaria, e ainda a áreas mistas.-----

-----Sublinhou que a matéria que estavam a analisar acabava por materializar a capacidade que os municípios tinham de ao licenciarem e aprovarem determinados processos urbanísticos emitirem moeda, algo que a Senhora Presidente, inclusive, já muitas vezes havia afirmado.-----

-----Salientou que, de facto, quando a Câmara afetava um novo uso havia a possibilidade do proprietário obter uma mais-valia significativa, pelo que o processo teria que ser visto com todo o cuidado.-----

-----Acrescentou que uma das formas, que habitualmente não era utilizada, mas que era precisamente a que havia sido proposta na situação em concreto, era a da Assembleia conseguir aferir os valores que estavam em causa quando a Câmara e a própria Assembleia aprovavam afetações de usos diferentes, ou melhor, alterações de uso.-----

-----Afirmou que havia muitas formas de “esfolar um coelho”, e que poderiam olhar para toda aquela problemática através dos valores, das mais-valias e da apropriação que era feita.-----

-----Disse também concordar com os intervenientes que haviam considerado importante esperar pelo regresso da Senhora Presidente, ainda que sem desprimor para o Senhor Presidente em exercício.-----

-----Frisou que não obstante não concordar com a eternização do processo, entendia deverem reflectir sobre o significado de “apropriação de mais-valias” naquele tipo de operações, sendo que naquele e noutros casos análogos o importante seria fazer uma reflexão de fundo.-----

-----Informou que estavam, inclusive, a pensar apresentar uma proposta nesse sentido, e que o faziam relativamente a um caso que entendiam ser paradigmático, mas que poderia ter paralelo em muitas outras situações existentes na cidade.-----

-----Disse que precisavam de pensar um pouco sobre a melhor forma de dar, ao mesmo tempo, resposta a uma ânsia de informação que a Assembleia Municipal tinha e que se justificava pela preocupação de desconhecerem as conseqüências e as implicações que poderiam resultar da tomada de decisão num determinado sentido, e, por outro lado, sobre a necessidade de definir como deveriam ser no futuro os procedimentos relativamente ao tipo de processos urbanísticos sobre os quais se estavam a pronunciar, sobre o que existia em termos de normativos e sobre a atitude que a Assembleia Municipal deveria ter relativamente aos mesmos.-----

-----Admitiu que fora o facto do processo em causa ter que ser apreciado pela Assembleia que os fizera reflectir de imediato.-----



-----Manifestou o seu acordo relativamente a todos os que entendiam que o assunto não se poderia eternizar, até porque já estava na Assembleia havia largos meses, concluindo que tinha sido interessante dar o passo que havia sido dado e que, naquele momento, o importante seria reflectir se deveriam dar outros.-----

-----Terminou, dizendo que certo era que deveriam aprofundar a reflexão não só em relação ao PUALZE, mas em relação a todos os processos urbanísticos de idêntica natureza.-----

-----**O Senhor Presidente em exercício** interveio no sentido de fazer uma síntese do que havia sido dito por todas as forças políticas, começando por afirmar que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata centravam a tónica na não necessidade de existirem mais estudos no caso concreto, dividindo-se a opinião na possibilidade de se criar um precedente ao solicitar outro tipo de estudos e apoios ao processo de decisão política e na consideração de que, de facto, por vezes, em algumas situações pontuais, não recorrentes, essas ferramentas poderem ser necessárias e suficientes para o efeito.-----

-----Pediu prioridade aos Serviços no processo de elaboração da ata correspondente à reunião que estava a decorrer, dada a relevância da matéria, e de forma a que a transmissão da mensagem pudesse ser adequada.-----

-----Prosseguiu, sublinhando que o PAN e o PPM consideravam, *a contrario*, adequada a realização do estudo, e que todas as outras forças políticas haviam manifestado a necessidade de terem mais tempo para aprofundamento e reflexão sobre a matéria e o parecer jurídico.-----

-----Observou que a intervenção do Senhor Deputado Municipal Miguel Graça denotava um aprofundamento da matéria, beneficiando, provavelmente, das intervenções anteriores, e que dela se poderia concluir que mais do que a questão do parecer jurídico concreto, era a matéria em geral daquele tipo de operações que necessitava de alguma reflexão por parte de todas as forças políticas e de uma reflexão conjunta.-----

-----Frisou que havia um consenso unânime quanto à excessividade do tempo de resposta relativamente a uma proposta que estava na Assembleia haviam já decorrido dez meses, independentemente do caminho que estavam a pensar seguir.-----

-----Precisou que a proposta tinha dado entrada na Assembleia em julho de dois mil e dezoito, que a Senhora Presidente havia feito perguntas à Câmara, às quais haviam sido dado respostas escritas e que, se a memória não lhe falhava, o assunto tinha ido à Conferência em setembro.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** interveio para esclarecer que não havia na sua posição qualquer discordância de fundo relativamente à posição do Senhor Deputado Municipal Miguel Graça até porque o mesmo não defendia a realização de estudos, mas sim a apresentação de um quadro de referência para análise daquele tipo de situações.-----

-----Lembrou que na sua intervenção afirmara que não se justificava a realização de mais estudos, mas que estariam disponíveis para ponderar as soluções políticas relativamente àquele tipo de assuntos.-----

-----Reiterou que a posição do Partido Socialista era perfeitamente compatível com a do Senhor Deputado Municipal Miguel Graça e que nada tinha a opor ao procedimento proposto pelo mesmo, ainda que tivessem que analisar em concreto as propostas que os



Senhores Deputados Independentes estavam a pensar apresentar.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro** sublinhou que na sua intervenção havia falado na incidência e nas consequências que o processo em análise teria na própria cidade, e daí a necessidade de aprofundamento da matéria, na sequência do qual haveria uma decisão política tomada pela Assembleia.-----

-----Disse que, de facto, era lamentável que o processo não tivesse decorrido de forma mais célere, porque dez meses era muito tempo, e que estivessem naquele momento como estavam, sem condições para decidir.-----

-----Confessou que esperava quanto a outras propostas com a mesma tipologia, igualmente importantes e que causassem problemas análogos, que se soubesse agir rapidamente, esclarecendo a situação e assumindo uma posição.-----

-----Terminou, dizendo que só poderiam concluir pela necessidade ou não de um estudo, ou que o parecer jurídico era, ou não, bastante e esclarecedor, na semana seguinte.-----

-----**O Senhor Presidente em exercício** clarificou que tinha procurado tomar as diligências dentro do quadro do que havia sido a deliberação inicial da Conferência de Representantes, sublinhando que a partir do momento em que o assunto “entrara no seu radar”, havia sido feito o necessário, não se tendo perdido muito tempo.-----

-----Frisou que também era verdade que os Senhores Representantes, que haviam tomado uma deliberação em setembro, não se tinham preocupado muito em dar cumprimento à deliberação, sendo que a Câmara, também, e ao contrário do que acontecera em relação a muitas outras propostas, não havia feito, nem por escrito, nem verbalmente, nas reuniões da Conferência, na pessoa do Senhor Vereador João Paulo Saraiva, qualquer solicitação no sentido de dar andamento à proposta, o que provavelmente havia contribuído para o assunto não ter voltado à Comissão.-----

-----Informou que fora ele próprio que decidira interpelar o Senhor Vereador Manuel Salgado sobre o assunto, mas que também a 3.^a Comissão o havia feito, quando ao elencar numa lista as matérias sobre as quais pretendia ouvir o Senhor Vereador, havia incluído a do PUALZE, tendo o mesmo sido interrogado sobre o assunto.-----

-----Transmitiu que ele próprio lhe perguntara se tinha posição sobre a matéria e que o Senhor Vereador lhe havia dito que não estava contra as contrapartidas, mas que, até à data, não tinha encontrado um jurista que lhe tivesse confirmado essa possibilidade e como se poderia materializar a mesma, tendo, no entanto, manifestado “abertura” a qualquer proposta política que existisse sobre a matéria.-----

-----Disse ainda que também o Senhor Vereador já começara a receber queixas relativamente ao tempo excessivo na tomada da decisão, tendo em consideração a data em que a proposta tinha entrado na Assembleia.-----

-----Transmitiu que o Senhor Vereador justificara a ausência de qualquer pedido formal de aceleração da tramitação da proposta com o facto de não ter querido condicionar os trabalhos da Assembleia.-----

-----Referiu que nunca gostara de se refugiar em pareceres jurídicos ou em qualquer tipo de estudos quando tinha que tomar decisões políticas.-----

-----Esclareceu que essa era a sua posição individual, mas que no quadro de Presidente da Assembleia Municipal em exercício, tinha procurado dar seguimento ao que era o entendimento da Conferência de Representantes, posição que assumia quando interpelado



pelos agentes privados.-----

-----Afirmou que, ainda do ponto de vista individual, considerava que as diferentes forças políticas teriam mesmo era que apresentar propostas políticas sobre a matéria, acrescentando que se tivessem seguido esse caminho ao invés de inventarem situações que não tinham qualquer cabimento legal, provavelmente, já teriam o assunto resolvido.---

-----Justificou que decidira pedir o parecer e apresentá-lo na Conferência porque se tinha comprometido nesse sentido e transmitiu que as forças teriam todo o tempo do mundo para reflexão, que as posições de todos estavam registadas e que o assunto iria ser agendado numa reunião seguinte, provavelmente já com o ponto vista e a presença da Senhora Presidente.-----

----Terminou dizendo que deveriam terminar o que haviam começado, que haviam tomado um caminho, pelo que seria conveniente que existisse um consenso quanto à conclusão da matéria.-----

Ponto 5: Outros assuntos -----

-----**O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro** apelou no sentido de ser mantido o horário das reuniões da Conferência de Representantes às catorze horas e trinta minutos e não às catorze horas como ocorrera nas últimas reuniões, justificando o pedido com o facto do horário das catorze lhe ser prejudicial, por motivos pessoais, concluindo que a situação já estava referenciada na ata da Conferência número trinta e dois.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura** solicitou que fosse feito um *forcing* junto da Câmara Municipal de Lisboa no sentido de serem dadas as respostas aos requerimentos apresentados, acrescentando que tinham pedido dados muito específicos e que necessitavam deles para fazer o seu trabalho político.-----

-----**O Senhor Presidente em exercício** respondeu que não havia muito tempo desde a data em que tinham oficiado a Câmara, com o conhecimento de todos os partidos, no sentido de lhe dar a conhecer todos os requerimentos aos quais não havia sido dada resposta, área por área.-----

-----**Durante a reunião** foram distribuídos os documentos seguintes que se anexam a esta ata e que dela fazem parte integrante:-----

1. Ata n.º 30, 18.02.2019 (doc. n.º 1)-----
2. Lista de matérias e assuntos pendentes (doc. n.º 2)-----
3. Actualização do Calendário (doc. n.º 3)-----

Nada mais havendo a acrescentar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa em exercício deu por encerrada a reunião às quinze horas e onze minutos da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes na reunião.-----

O Presidente em exercício _____

A Primeira Secretária em exercício _____

A Segunda Secretária _____